

TURISMO E EXCLUSÃO SOCIAL: O TURISMO SOCIAL COMO POTENCIAL INSTRUMENTO DE APRENDIZAGEM

Joana Inês S. de Lima - Bolseira de Investigação e Doutoranda em Turismo Universidade de Aveiro

Maria C. Aguiar Eusébio - Prof.Auxiliar, Doutorada em Turismo Universidade de Aveiro

Celeste M. D. Amorim Varum - Prof. Auxiliar, Doutorada em Economia Universidade de Aveiro

RESUMO:

Apesar do turismo ser uma das actividades económicas mais dinâmicas em todo o mundo, subsistem ainda muitas dúvidas sobre o seu impacto social. O turismo raramente tem sido analisado como instrumento de aprendizagem, apesar de oferecer oportunidades para explorar novos ambientes e para participar em novas actividades, com novas pessoas e em novas situações. Estas oportunidades podem fornecer ferramentas que os turistas precisam para iniciar um processo de aprendizagem – aprendizagem pela experiência. Acresce que o turismo social para grupos de baixo rendimento não tem sido objecto de análise em muitos estudos. Neste contexto, os objectivos deste trabalho são, em primeiro lugar, sistematizar a literatura existente acerca da relação entre turismo e exclusão social e, em segundo lugar, discutir de que forma as teorias de aprendizagem podem ser aplicadas a experiências turísticas, analisando o caso concreto das famílias economicamente carenciadas.

ABSTRACT:

Although there is a general consensus that tourism is nowadays one of the most dynamic economic activities worldwide, there are still many doubts about its social impacts. Tourism has rarely been examined as a tool for learning, despite offering opportunities to explore new environments and participate in new activities, with new people and new situations. These opportunities can provide tools that tourists need to initiate a process of learning - experiential learning. Additionally, few studies that analyze social tourism for low-income groups have been undertaken. In this context the aims of this paper are: first, based on a literature review, analyze the relationship between tourism and social exclusion; second, to discuss how the ideas from learning theories can be applied to tourist experiences, analyzing the particular case of low-income families.

Palavras-chave:

Teorias de aprendizagem; Famílias economicamente carenciadas; Inclusão Social; Turismo Social.

Keywords:

Learning theories, Low-income families, Social inclusion, Social Tourism.

1 - INTRODUÇÃO

O turismo é uma das actividades económicas de maior importância a nível internacional e nacional. Dados do World Travel&Tourism Council – WTTC (2009) revelam que o turismo representou (de forma directa, indirecta e induzida), em 2009, 7,9% do emprego e 9,4% do PIB mundiais e representará, em 2019, 8,4% do emprego e cerca de 9,5% do PIB mundiais. De acordo com o mesmo organismo, em Portugal, o turismo, em 2009, contribuiu (de forma directa, indirecta e induzida) com 15,6% do PIB nacional e foi responsável por 18,9% do emprego nacional, esperando-se que, em 2019, o sector do turismo em Portugal, represente cerca de 18,0% do PIB e 22,1% do total de emprego (WTTC, 2009). Estes indicadores permitem evidenciar que alguns estudos têm sido desenvolvidos no sentido de averiguar o impacto económico do turismo para as regiões. Porém, este tipo de efeitos do turismo não é o único tipo de impactos do turismo para as regiões e sociedades.

Mathieson e Wall (1982) dividem os impactos do turismo em três categorias: impactos físicos, impactos sociais e impactos económicos. Por sua vez, estes impactos podem subdividir-se, ainda, em três categorias, de acordo com o seu beneficiário: (i) efeitos do turismo para o indivíduo; (ii) efeitos do turismo para as regiões de origem; e (iii) efeitos do turismo para as regiões de destino dos visitantes. Os diversos estudos desenvolvidos e a temática dos impactos do turismo é abordada, maioritariamente, na perspectiva de analisar os impactos que a actividade turística origina para os destinos e para as comunidades receptoras, como por exemplo nos estudos desenvolvidos por Kadt (1979), Mathieson e Wall (1990), Liu (1998), Sharpley e Telfer (2002) e Eusébio (2006).

No que concerne a impactos sociais, geralmente são definidos e abordados pela perspectiva dos efeitos que tem na população residente nos destinos turísticos, que resultam da interacção directa ou indirecta da população com os visitantes. No entanto, os impactos sociais do turismo podem ser, também, avaliados na perspectiva dos efeitos que o turismo provoca nos visitantes, sendo esta abordagem menos comum na literatura (Mathieson e Wall, 1982; Cooper *et al.*, 2005). A forma como a prática

turística pode contribuir para alterar comportamentos nos visitantes, causando alterações nas regiões de origem desses visitantes, em consequência do contacto com outras culturas, hábitos e estilos de vida, é, ainda, relativamente pouco estudada. Sendo esta a abordagem a explorar neste trabalho.

Para se alcançar esse objectivo, estruturou-se o presente artigo em seis secções. Na presente secção, a primeira, apresentam-se os objectivos do trabalho e a forma como está organizado, para, na secção seguinte se abordarem os benefícios sociais do turismo. A terceira secção dedicar-se-á ao tema da exclusão social e pobreza. Na quarta secção abordam-se as teorias de aprendizagem, salientando a aprendizagem pela experiência, para, numa quinta secção, se relacionar a exclusão social com o turismo e a aprendizagem pela experiência, particularizando o caso das famílias economicamente carenciadas. Por fim, na sexta secção sistematizam-se as conclusões e implicações destas relações.

2 - BENEFÍCIOS SOCIAIS DO TURISMO

Os impactos sociais do turismo, geralmente, são definidos e abordados pela perspectiva dos efeitos que tem na população residente nos destinos turísticos, que resultam da interacção directa ou indirecta com os visitantes. Neste contexto, o turismo pode beneficiar os residentes, em termos sócio-culturais, ao dinamizar e valorizar as suas artes tradicionais, ajudá-los a perceber a importância de salvaguardar o seu património social e cultural e instigar o sentimento de identidade e orgulho na comunidade. No entanto, quando o desenvolvimento do turismo não é assente num planeamento adequado e localizado, pode contribuir para a perda da autenticidade das comunidades, através da comercialização da sua cultura e através da imitação dos comportamentos dos visitantes – efeito de demonstração (Kadt, 1979; Mathieson e Wall, 1982; Fisher, 2004; Eusébio, 2006).

A abordagem dos efeitos que a prática turística provoca nos visitantes é menos comum na literatura (Mathieson e Wall, 1982; Cooper *et al.*, 2005). Apesar de ser reconhecido que o turismo, por proporcionar contacto entre pessoas com diferentes culturas, valores e atitudes, inevitavelmente,

trará influências recíprocas (Ryan, 1997), a forma como o efeito oposto ao “efeito demonstração” pode ocorrer, alterando comportamentos nos visitantes e causando alterações nas regiões de origem desses visitantes, em consequência desse contacto com outras culturas, hábitos e estilos de vida, é, ainda, relativamente pouco estudada. Como exemplo deste tipo de efeito do turismo sobre os visitantes, que provocaram efeitos na origem desses mesmos visitantes, Cooper *et al* (2005) referem as alterações gastronómicas ocorridas no Reino Unido durante os anos 60/70, em consequência do crescimento das viagens de ingleses a Espanha e das dificuldades sentidas pelos visitantes que viajaram para a Austrália em se (re)habituares a um estilo de vida diferente do que experienciaram durante a viagem (estilo de vida com a praia e *barbecue* como elementos centrais) (choque cultural). Os mesmos autores afirmam que os impactos sócio-culturais do turismo para os visitantes são evidentes e podem fazer-se notar através de alterações em diversos aspectos da vida do visitante, desde o estilo de vestuário utilizado, aos gostos e hábitos gastronómicos, ao estilo geral de vida e às atitudes e comportamentos.

Reisinger e Turner (2003) referem que as interações sociais provocadas pelo turismo dividem-se em quatro tipos: turista/residente; turista/turista; turista/potencial turista; e turista/prestadores de serviços. Considerando este tipo de interações torna-se mais evidente a possibilidade que o turismo oferece aos seus praticantes de aumentarem o seu grau de socialização com diferentes agentes da sociedade e de aprenderem através da experiência. A literatura existente concentra-se nas interações entre turistas e residentes, em especial nos efeitos que estas interações têm sobre as comunidades residentes.

A importância das férias e de viajar no bem-estar humano tem sido formalmente reconhecida desde 1948, com o reconhecimento, pela ONU, das férias como direito humano básico, importância essa reiterada pelos governos, que ao longo dos anos foram reconhecendo o direito a férias pagas (Hall e Brown, 2006). Tal como afirma Richards (1999), as férias atenuam dois constrangimentos da vida quotidiana – tempo e lugar, criando condições para os indivíduos se empenharem na

sua realização pessoal e social. Assim, o turismo promove a oportunidade de esquecer o quotidiano, de aumentar o conhecimento e de encontrar outros ambientes, estilos de vida e culturas. O turismo possibilita, igualmente, o acesso a mais fontes de informação, implicando, geralmente um maior nível de participação social. Hall e Brown (2006) e Alexander *et al*. (2010) salientam que um dos aspectos mais importantes de praticar turismo é a oportunidade que os indivíduos têm para aprender mais sobre si próprio através do contacto com outras comunidades e realidades. Hall e Brown (2006) referem ainda que 95% dos médicos britânicos recomendam férias aos seus pacientes como alternativa à medicação.

Recentemente têm emergido alguns estudos que abordam a temática dos benefícios do turismo para os seus praticantes, como, por exemplo, os estudos desenvolvidos por E.T.B. (1976); Haukeland (1990); Deem (1996); Smith e Hughes (1999); D.C.M.S. (1999); Hazel (2005); EESC (2006); Minnaert *et al* (2006); D.C.M.S. (2008); Minnaert *et al* (2009); Alexander *et al*. (2010); FHA (s/d); McCabe *et al* (s/d). Estes autores defendem que o acesso a férias fora do local habitual de residência contribui para o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos, para o seu bem-estar físico e psicológico e para o alívio das pressões quotidianas. Derivado destes pressupostos, esse grupo de autores considera que o turismo deveria ser acessível a todos os que o quisessem praticar e caberia aos agentes da oferta (dos quais faz parte o sector público) garantir esse igual acesso ao turismo.

No seguimento desta linha de pensamento, o EESC (2006) afirma que todos, incluindo os elementos menos privilegiados da sociedade, têm direito a tempo de lazer que lhes permita o desenvolvimento da sua personalidade e da integração social e que o turismo constitui a expressão prática desse direito.

No entanto, apesar de ser considerado um direito básico do ser humano e de serem inúmeros os benefícios reconhecidos para o indivíduo que o pratica, o turismo não é um produto acessível a todos os elementos da sociedade. A máxima muitas vezes referida, “turismo para todos”, está longe de ser uma realidade. Existem diversos tipos de constrangimentos à prática de turismo - características

de personalidade, deficiências físicas ou mentais, idade, isolamento pessoal e/ou familiar, baixos rendimentos, entre muitos outros factores, constituem obstáculos reais à prática turística (Raymore *et al*, 1991; Crawford *et al*, 1991; Mill e Morrison, 1992; Hudson, 2000; Daniels *et al*, 2005; Cooper *et al*, 2005; EESC, 2006; Hall e Brown, 2006). Estes constrangimentos transformam o turismo actual numa prática não acessível para todos de igual forma, sendo os baixos rendimentos encarados por alguns autores (por exemplo, Hall e Brown, 2002) como o maior constrangimento à viagem.

3 – EXCLUSÃO SOCIAL

Num contexto em que as desigualdades sociais são cada vez mais visíveis, não só entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos, mas também no interior dos países desenvolvidos, aumentaram as preocupações com a exclusão social e com a pobreza.

A noção de exclusão social surgiu para explicar a emergência de processos e fenómenos novos ao longo dos tempos modernos, designadamente as novas formas de pobreza que colocavam em causa a coesão social, tratando-se, assim, de um conceito relativamente recente (Paugam, 1996 e Rodrigues *et al*, 1999). Por exclusão social pode entender-se o processo através do qual os indivíduos são excluídos de participar nas diversas dimensões (económica, social, política, cultural e outras) que caracterizam a sociedade em que vivem e que estão acessíveis à maior parte dos membros dessa sociedade (Todman, 2004). Trata-se de um conceito muito abrangente que vai para lá das formas de privação material, integrando aspectos culturais, políticos, psicológicos e sociais (Rodrigues *et al*, 1999).

No que respeita ao conceito de pobreza, observa-se que este conceito, a maior parte das vezes, aparece relacionado apenas com uma parte do conceito de exclusão social – situação de privação por falta de recursos (Bruto da Costa, 2008; Rodrigues *et al*, 1999). Até há relativamente pouco tempo, a pobreza era medida apenas através da privação de recursos financeiros, porém, recentemente têm surgido diversas abordagens que pretendem olhar a pobreza como um conceito mais abrangente, incluindo, por exemplo, a

privação de recursos culturais e/ou de conhecimento como dimensões desse conceito. Exemplo dessas abordagens é a definição adoptada pela ONU (1990), que defende que a pobreza para além dos rendimentos baixos, afirmando que este fenómeno passa pelas privações relacionadas com o acesso à saúde, à educação, ao conhecimento e à comunicação e com a incapacidade de exercer direitos humanos e políticos, privações que levarão à inexistência de condições de dignidade, confiança e respeito. Desde os anos 90 do século XX, a erradicação da pobreza tem sido enfatizada em diversas reuniões e conferências internacionais, em resultado de se ter tornado objectivo prioritário da acção de organismos internacionais, como a ONU (ONU, 1997, 2009).

Na União Europeia, a preparação do Relatório sobre a Situação Social na União Europeia foi o reflexo das preocupações com a igualdade e inclusão sociais nos Estados-Membros. Neste relatório a UE identifica Portugal como o país da União com maior nível de desigualdades de rendimento (o índice de Gini₁ assume o valor de 0,41 quando a média europeia se situava nos 0,3) e com o maior fosso entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres (rácio S80/S20 perto de 6,5), sendo que, em Portugal, 9% da população nacional vive com menos de dez euros por dia, quando a média dos países da União se situa nos 5% (CE, 2008).

Com o objectivo de traçar um quadro mais amplo de pobreza e exclusão social, a UE desenvolveu recentemente um indicador que engloba para além dos indicadores relacionados com o rendimento, indicadores não monetários dos padrões de vida – Taxa de Privação Material. Neste indicador, a privação material é definida como a ausência forçada de pelo menos três dos nove itens que integram o indicador, entre os quais se insere “capacidade para sustentar uma semana de férias anuais fora de casa” (Wolff, 2009). Este item consubstancia a importância do turismo enquanto necessidade associada ao estilo de vida actual e uma dimensão da sociedade actual. Considerando esta definição, em 2008, 17% da

1 O índice de Gini é utilizado como indicador do nível de desigualdade de rendimento numa sociedade (quanto mais próximo de 1 for o valor deste índice, maior é a desigualdade de rendimentos na sociedade em análise).

população da UE-27 podia ser considerada materialmente privada, verificando-se grandes discrepâncias entre os Estados-membros (Eurostat, 2010). Em Portugal, nesse mesmo ano, a taxa de privação material situava-se nos 23% e observava-se que 64% da população portuguesa não conseguia sustentar uma semana de férias anuais fora de casa (Eurostat, 2010).

A nível nacional, a prioridade de combate à exclusão social foi reiterada pela Rede Europeia Anti-Pobreza – REAPN (2008b), sublinhando a necessidade de repensar a protecção social, assegurando uma distribuição mais justa da riqueza. Segundo essa instituição, a distribuição mais justa da riqueza deverá atender, entre outras, às seguintes conclusões: (i) as dificuldades e constrangimentos à inclusão social das pessoas com menores rendimentos surgem com as dificuldades em aceder à informação; e (ii) “é necessário que as pessoas adquiram ou recuperem patamares de integração em redes de sociabilidade, proporcionadas pela família, pelo trabalho e/ou por outras estruturas relacionadas com as diversas dimensões da vida social” (REAPN, 2008b:7), uma vez que são estas redes/estruturas que asseguram as condições e potenciam níveis de participação/inclusão mais elevados.

Todos estes objectivos encontram no turismo um instrumento de apoio à sua concretização. O turismo é, reconhecidamente, uma actividade que promove o acesso à informação e é uma actividade que promove a socialização, através da interacção entre comunidades e visitantes, bem como entre os diferentes elementos que constituem o grupo de viagem, fomentando desta forma também processos de aprendizagem.

4 – APRENDIZAGEM ATRAVÉS DA EXPERIÊNCIA

Na sociedade actual, em permanente mudança e constante construção de novo conhecimento, a capacidade de aprendizagem dos indivíduos é um aspecto essencial para as sociedades se adaptarem e desenvolverem (Kolb, 1984). Existem diferentes teorias de aprendizagem, dentro das quais se destacam três: teorias racionalistas/cognitivas, teorias comportamentais e teorias de aprendizagem pela experiência. As teorias racionalistas/cognitivas defendem que a aquisição, memorização e evocação de símbolos

abstractos devem ser a ênfase da aprendizagem (Kolb, 1984), isto é, a aprendizagem ocorre a partir de *insights* (compreensões – percepções, crenças e atitudes) e da compreensão das relações lógicas entre meios e fins e entre causa e efeito. As teorias comportamentais, por sua vez, negam por completo qualquer papel da experiência, consciente ou subjectiva, no processo de aprendizagem (Kolb, 1984).

A teoria da aprendizagem através da experiência define aprendizagem como o processo através do qual a experiência é transformada em conhecimento, ou seja, o conhecimento resulta da compreensão e transformação da experiência (Kolb, 1984:38). Esta teoria tem origem nos trabalhos de Dewey, Lewin e Piaget (Kolb, 1984 e Bear e Wilson, 2002). De acordo com estes autores, a aprendizagem é, por natureza, um processo que ocorre através da interacção entre o indivíduo e o ambiente – experiências. Estas experiências concretas, a observação e a reflexão, geram uma permanente revisão dos conceitos aprendidos, ou seja, olham a aprendizagem como um processo e não como um fim (Kolb, 1984 e Bear e Wilson, 2002). Assim, o processo de aprendizagem pela experiência é constituído por quatro etapas: (i) experiência concreta (contacta-se com o problema ou na tarefa - viagem, no caso do turismo); (ii) reflexão acerca do que se observou/viveu; (iii) análise/concepção abstracta do significado da experiência e (iv) avaliação da experiência (Kolb, 1984; Kolb *et al*, 2000) (Figura 1).

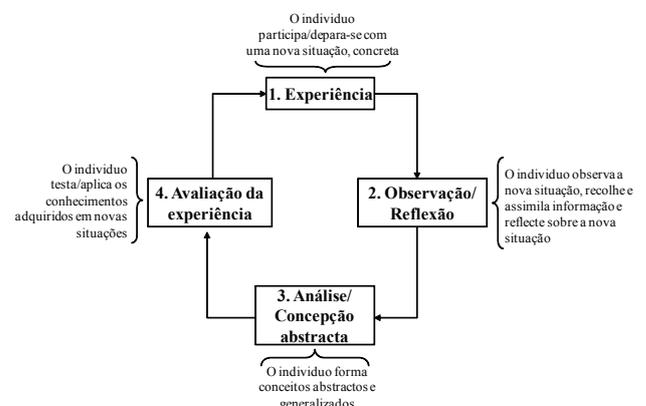


Figura 1 – Ciclo da aprendizagem através da experiência de acordo com Kolb - Fonte: Elaborado a partir de Kolb (1984)

A aprendizagem pela experiência tem emergido como uma alternativa mais eficaz para promover processos de aprendizagem, não sendo ainda, totalmente reconhecida como tal (Beard e Wilson, 2002). Beard e Wilson (2002) salientam a importância da experiência como veículo de percepção e reconhecimento do meio envolvente como um todo, ou seja, a aprendizagem pela experiência envolve a pessoa como um todo, através do despertar de um conjunto de pensamentos, emoções e actividades físicas.

Uma das possíveis formas de aprendizagem pela experiência é a aprendizagem que resulta de actividades de vida quotidiana, relacionadas com o trabalho, família e lazer, que pode ser feita de forma intencional ou não (aprendizagem não-formal ou aprendizagem informal). A aprendizagem não-formal corresponde a aprendizagens integradas em actividades planeadas que, apesar de não serem designadas por aprendizagem, contêm elementos importantes para o processo de aprendizagem (Colardyn e Bjornavold, 2004). Por outro lado, a aprendizagem informal não é estruturada em termos de objectivos, duração e/ou recursos de apoio e, na maioria dos casos, não é intencional por parte do indivíduo que irá fazer essa aprendizagem (Colardyn e Bjornavold, 2004).

A aprendizagem que o turismo proporciona encaixa-se no conceito de aprendizagem pela experiência (Mitchell, 1998), podendo representar uma forma de aprendizagem não-formal e/ou informal. Esta aprendizagem que o turismo proporciona poderá ser direccionada, através de Políticas Sociais que integrem programas de Turismo Social, para modificar comportamentos que contribuam para a exclusão social e pobreza dos grupos mais desfavorecidos da sociedade.

5 - TURISMO, EXCLUSÃO SOCIAL E APRENDIZAGEM ATRAVÉS DA EXPERIÊNCIA

O turismo é, reconhecidamente, uma actividade que promove o acesso à informação; é uma actividade que, quando planeada, pode fomentar uma forte ligação/cooperação entre os agentes públicos e privados de uma sociedade, promovendo a eficiência nessa mesma sociedade; e, por fim, é uma actividade que promove a socialização, através da interacção entre comunidades e

visitantes, bem como entre os diferentes elementos que constituem o grupo de viagem, fomentando desta forma também processos de aprendizagem.

O turismo poderá, de acordo com Smith e Hughes (1999) e considerando a sua inclusão em indicadores que pretendem medir a pobreza e exclusão social (por exemplo, a Taxa de Privação Material), ser considerado uma necessidade associada ao estilo de vida actual, constituindo, assim, uma dimensão da sociedade actual. Não ter acesso a férias fora do local de residência e a actividades de lazer pode ser encarado como uma forma de exclusão do estilo de vida comum à sociedade e das necessidades que qualquer indivíduo deve poder satisfazer para concretizar o seu direito de ser um cidadão completo da sociedade em que se insere (Smith e Hughes, 1999). Assim, a incapacidade para praticar turismo, enquanto incapacidade para partilhar o estilo de vida associado à sociedade actual, poderá ser uma dimensão da pobreza e da exclusão social (Smith e Hughes, 1999; Wolff, 2009). Smith e Hughes (1999) referem que a pobreza limita a capacidade de os indivíduos serem membros activos e completos da sociedade, excluindo-os de várias dimensões sociais, e concluem que o reconhecimento desta relação, por parte de alguns governos, esteve na base da criação de programas de Turismo Social integrados nas suas Políticas Sociais (por exemplo em França, Espanha, Portugal ou Reino Unido).

Atendendo aos benefícios reconhecidos da actividade turística como facilitadora do envolvimento dos indivíduos nas diversas dimensões da sociedade e do desenvolvimento pessoal e social dos elementos que a praticam, bem como aos objectivos de inclusão social nas sociedades actuais, o EESC (2006) considerou como um dos desafios actuais e futuros do turismo, o facto de esta actividade se tornar uma actividade acessível para todos os elementos da Sociedade.

O Turismo Social surge em resposta a esta preocupação com a exclusão social, proporcionando aos indivíduos excluídos da sociedade a oportunidade de participar na actividade turística, uma dimensão que caracteriza a sociedade actual e a qualidade de vida.

O Bureau Internationale du Tourisme Sociale – BITS (2009)

considera que por Turismo Social se entendem todas as relações e fenómenos que resultam da participação na actividade turística dos estratos sociais menos favorecidos, participação essa apenas possível devido a medidas de carácter social.

O Turismo Social aparece, então, como a tentativa de repor a igualdade de acesso à actividade turística, integrando, inevitavelmente, objectivos relacionados com o combate à exclusão social e à pobreza, correspondendo aos objectivos das Políticas Sociais de inclusão e promoção da qualidade de vida, através de alteração de comportamentos de exclusão social.

Esta forma de turismo apresenta-se como um fenómeno relativamente recente, uma vez que, tal como se conhece, apenas emergiu no século XX e, só após a II Guerra Mundial, foi reconhecido e apoiado por algumas autoridades públicas (EESC, 2006).

Os benefícios do turismo social, quer para os grupos sociais alvo destas medidas, quer para os destinos, são amplamente reconhecidos (Minnaert *et al.*, 2009). Estes benefícios vão desde a melhoria do bem-estar, melhorias em termos de saúde, aprofundamento da cidadania e desenvolvimento pessoal para os visitantes e a diminuição da sazonalidade da procura turística, a valorização do património histórico-cultural, ao aumento do emprego, das receitas e do rendimento, para os destinos envolvidos em programas de Turismo Social (EESC, 2006).

Em Portugal existem programas de Turismo Social, com especial ênfase no Turismo Social para seniores, jovens e cidadãos com deficiências (por exemplo, Fundação INATEL, Turicórdia², Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, IPJ - Pousadas da Juventude³). Existe, também, um programa de Turismo Social para famílias economicamente carenciadas, promovido pela fundação INATEL e que beneficia de apoios estatais para a sua implementação – Programa

2 Associação das Misericórdias para a promoção do Turismo Social

3 As pousadas da juventude não são denominadas como agentes do Turismo Social, no entanto existem com o objectivo de possibilitar a todos os jovens (incluindo os jovens provenientes de famílias carenciadas e os jovens com deficiências) o acesso ao Turismo, “promovendo a participação dos jovens em todos os domínios da vida social”.

Turismo Solidário. Este programa tem como objectivo “permitir o acesso ao gozo de períodos de férias organizadas a um número significativo de cidadãos, contribuindo para a dinamização da economia nacional e, em particular, das actividades turísticas nas épocas baixa e média”, bem como “contribuir para a melhoria da qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos mais carenciados, promovendo a interacção social enquanto factor de inclusão” (INATEL, 2010). Este programa destina-se a todos os cidadãos maiores residentes em Portugal, cujo rendimento bruto mensal seja igual ou inferior a dois salários mínimos nacionais, podendo estes cidadãos ser acompanhados pelos cônjuges e/ou outros membros dependentes do agregado familiar, independentemente da idade e nacionalidade destes (INATEL, 2010). O Programa Turismo Solidário beneficia de apoio estatal devido ao reconhecimento, por parte do Estado, da “importância de assegurar a realização de iniciativas que contribuem para promover a solidariedade e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos mais carenciados” (Despacho n.º7429/2010). No entanto, esta iniciativa é muito recente (a primeira edição do programa foi em 2008) e não existe qualquer estudo acerca dos contributos efectivos deste tipo de programa para os segmentos alvo e para a Sociedade, nem da forma como estes programas deverão ser implementados para maximizar esse contributo.

Em Portugal, de acordo com dados do INE (2008), as famílias portuguesas, em 2007, apresentavam uma taxa de risco de pobreza⁴, após transferências sociais, de 18%. Destas famílias, as que eram constituídas por 1 adulto com pelo menos 1 criança (com uma taxa de risco de pobreza de 41%) e as famílias constituídas por 2 adultos com 3 ou mais crianças (com uma taxa de risco de pobreza de 38%), formavam os agregados familiares que apresentavam maiores taxas de risco de pobreza. Acresce que, em 2007, 139.119 famílias recorriam ao Rendimento Social de Inserção (RSI). Se analisarmos o número de famílias que com requerimento de Rendimento Mínimo Garantido (RMG) e RSI activo (deferidos não cessados e não suspensos), verifica-se que de 2004 para 2009 houve

4 Proporção da população cujo rendimento equivalente, após transferências sociais, se encontra abaixo da linha de pobreza.

um aumento de 48% (Tabela 1). Observando, ainda, a distribuição destas famílias por distritos, verifica-se que os distritos com maior número de famílias a auferir RSI ou RMG são os distritos do Porto e Lisboa, enquanto a Região Autónoma da Madeira registou a maior taxa de crescimento do número de famílias a recorrer a este apoio (345,9%), seguida pelos distritos de Castelo Branco e Leiria que registaram um aumento superior a 100% (146,0% e 101,3%, respectivamente) (Tabela 1).

Distrito	2004	2009	Taxa de Variação 2004-2009
Aveiro	5.116	5.125	0,2%
Beja	1.975	2.314	17,2%
Braga	5.814	8.708	49,8%
Bragança	428	855	99,8%
Castelo Branco	795	1.956	146,0%
Coimbra	3.633	5.170	42,3%
Évora	1.100	1.901	72,8%
Faro	3.300	5.892	78,5%
Guarda	1.320	1.750	32,6%
Leiria	1.703	3.428	101,3%
Lisboa	17.912	28.403	58,6%
Portalegre	1.463	1.978	35,2%
Porto	36.034	58.023	61,0%
Santarém	3.143	3.317	5,5%
Setúbal	5.582	9.731	74,3%
Viana do Castelo	2.200	2.035	-7,5%
Vila Real	3.100	3.539	14,2%
Viseu	7.121	6.554	-8,0%
R. A. Açores	5.633	6.096	8,2%
R. A. Madeira	711	3.170	345,9%
Total Portugal	108.083	159.945	48,0%

Tabela 1: Evolução do número de famílias com requerimento de RMG e RSI activo em Portugal, por distrito, no período 2004-2009⁵ - Fonte: MTSS (2005 a 2010)

Estes indicadores demonstram a existência de um elevado número de famílias portuguesas inseridas em contextos económicos propícios à exclusão social e vêm acentuar a necessidade de se estudarem os benefícios (individuais e colectivos) que poderão advir de medidas de combate à exclusão social, como por exemplo, programas de Turismo Social.

Considerando que as famílias economicamente carenciadas são, geralmente, famílias com padrões repetitivos de organização e comportamento, padrões esses

que funcionam como bloqueio à própria família, torna-se essencial que o apoio social a prestar a estas famílias seja orientado para a activação das suas competências (Sousa *et al*, 2007). Deste modo, a promoção de iniciativas que despoletem o processo de aprendizagem no segmento das famílias economicamente desfavorecidas poderá ser de extrema importância para combater os comportamentos que perpetuam a exclusão social e o ciclo vicioso da pobreza.

Neste contexto, os contributos que o turismo pode trazer para as famílias, ao nível da promoção da socialização e da possível criação de redes sociais fora dos habituais círculos frequentados, são aspectos a considerar (Smith e Hughes, 1999 e Minnaert *et al*, 2009), uma vez que a socialização será fortemente estruturante da reintegração das famílias na sociedade e promoverá bases para a alteração dos comportamentos que perpetuam a situação de exclusão vivida por essas famílias.

A *Family Holiday Association*, uma associação que promove actividades de Turismo Social para famílias de baixos rendimentos, no Reino Unido, tem empenhado esforços no sentido de demonstrar o valor de iniciativas como as que promove, para o fortalecimento das relações internas da família e para a melhoria das condições psicológicas e emocionais das famílias carenciadas (McDonald, 2006).

Um estudo de 2006 levado a cabo pela *Family Holiday Association* salienta a importância que os agentes que trabalham com famílias carenciadas atribuem ao acesso a férias: 81% dos agentes inquiridos considerou que o acesso a férias reforça os laços afectivos familiares e melhora a estabilidade familiar; 72% dos agentes inquiridos considerou que o acesso a férias reduz a marginalização e isolamento; 64% dos agentes inquiridos referiu a importância das férias na melhoria das condições de saúde das famílias; e 47% dos agentes inquiridos acreditava que as férias influenciam positivamente o rendimento escolar das crianças que integram as famílias (EUFED, 2008).

Smith e Hughes (1999) entrevistaram 10 famílias inglesas que participaram em programas de Turismo Social e concluíram que essas famílias registaram benefícios importantes em termos de: (i) se sentirem mais inseridos na sociedade; (ii) alívio do *stress* e pressões do quotidiano

(essencialmente devido à quebra da rotina e mudança de espaço que o turismo proporciona); (iii) reforço dos laços familiares, aumento da tolerância e compreensão entre os membros da família; (iv) melhoria da saúde física e psicológica dos participantes; e (v) aumento da confiança e optimismo. Este estudo comprovou que as famílias economicamente desfavorecidas tiram o mesmo tipo de benefícios da prática turística que os restantes grupos sociais, mas a intensidade e o significado que esses benefícios têm, são diferentes e de maior dimensão para estas famílias. O desgaste e o *stress* quotidianos, consequências da escassez de rendimentos, diminuem a auto-estima e a força para enfrentar os problemas, corroendo, ao mesmo tempo, os recursos emocionais da família (Sousa *et al*, 2007). Consequentemente, uma quebra de rotina, sair do local de residência habitual e “esquecer” por um período de tempo esses problemas, faz com que o turismo, enquanto veículo destes benefícios, tenha um significado mais intenso para famílias carenciadas do que para famílias consideradas normais.

Outro estudo mais recente, de Minnaert *et al* (2009), sobre os efeitos a curto e médio prazo da participação de 40 famílias inglesas de baixos rendimentos em actividades turísticas, comprova a importância que as férias podem ter para aumentar os laços familiares, a estabilidade das famílias (capital familiar), bem como os contactos sociais das famílias e a sua participação social (capital social). Os autores verificaram ainda a existência de alterações positivas nos comportamentos (fundamentada pela aprendizagem através da experiência de viagem) e na postura face aos problemas.

Considerando as conclusões dos estudos referidos e atendendo aos benefícios reconhecidos da actividade turística como facilitadora do envolvimento dos indivíduos nas diversas dimensões da sociedade e do desenvolvimento pessoal e social dos elementos que a praticam, concorda-se com Mitchell (1998) reconhecendo-se o papel que esta actividade pode desempenhar enquanto instrumento de aprendizagem.

Mitchell (1998), um dos poucos autores que abordou a temática da aprendizagem através do turismo, afirma que, apesar de ser pouco abordada, a temática da

aprendizagem turística é uma temática muito importante, sendo até reconhecido que a aprendizagem que o turismo proporciona torna-se, muitas vezes, motivação para viajar (turismo educacional/pedagógico).

Beard e Wilson, tal como Mitchell (1998), reconhecem nas actividades de lazer e de recreação, um dos diversos aspectos da vida que potencia a aprendizagem através da experiência. Isto significa que o turismo, enquanto actividade de lazer e através da vivência do intercâmbio cultural, do acesso a diferentes ideias e informações e do contacto com realidades e pessoas diferentes que promove, poderá representar um ponto de partida para desenvolver processos de aprendizagem activa nos indivíduos que o praticam. Quando se proporcionar às famílias carenciadas o acesso ao turismo poder-se-á utilizar o turismo como instrumento de aprendizagem que contribua para alterar comportamentos que perpetuam o ciclo vicioso da pobreza e exclusão social.

6 – CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES

A revisão de literatura permite concluir que o turismo pode funcionar como um instrumento de aprendizagem pela experiência e que o desenvolvimento de programas de Turismo Social poderá contribuir para a alteração de comportamentos de exclusão social.

Crê-se que o incentivo do Turismo Social, proporcionando um aumento do capital familiar e do capital social, poderá contribuir para a inclusão social de famílias carenciadas, incentivando a coesão e solidariedade sociais e alterando comportamentos que contribuem para perpetuar o ciclo vicioso da pobreza e exclusão social. A integração de programas de Turismo Social nas Políticas Sociais poderá, então, contribuir para o aumento da eficiência das Políticas Sociais e para a maximização dos benefícios dessas Políticas para a Sociedade.

Em 2008, na UE-27, 17% da população podia ser considerada materialmente privada, verificando-se em Portugal, nesse ano, uma taxa de privação material de 23%. Acresce a este dado, a identificação de Portugal, um país que integra a lista de países desenvolvidos, como o país da União Europeia com maior nível de desigualdades de rendimento, observando-se que as famílias portuguesas,

apresentavam uma taxa de risco de pobreza, após transferências sociais, de 18% (CE, 2008 e INE, 2008). Estes dados acarretam preocupações acrescidas com as formas de combate à pobreza e exclusão social no país e acentuam a relevância do estudo de Políticas Sociais alternativas para o combate a esses problemas.

No entanto, não obstante a constatação de que o turismo social pode trazer benefícios importantes para o combate à exclusão social e tendo presente a realidade actual e as principais preocupações institucionais e pessoais existentes na sociedade, verifica-se que existe uma grande lacuna na investigação sobre a avaliação dos efeitos do turismo para os indivíduos que o praticam e para a Sociedade. Essa lacuna torna-se mais evidente se considerarmos a investigação acerca da relação entre turismo, aprendizagem pela experiência e a inclusão social de grupos da população carenciados/excluídos, nomeadamente famílias economicamente carenciadas, e acerca dos benefícios sócio-económicos que Políticas Sociais que integrem programas de Turismo Social podem proporcionar para a Sociedade.

7 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDER, Z., BAKIR, A. e WICKENS, E. (2010), "An Investigation into the Impact of Vacation Travel on the Tourist", in *International Journal of Tourism Research*, publicado on-line em Março de 2010, disponível em <http://www3.interscience.wiley.com/journal/81002301/issue>
- BEARD, C. e WILSON, J.P. (eds.) (2002), *The power of experiential learning*, London.
- BRUTO da Costa, A. (coord.), Baptista, I., Perista, P. e Carrilho, P. (2008), *Um Olhar Sobre a Pobreza: Vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*, Lisboa: Gradiva.
- COLARDYN, D. e BJORNAVOLD, J. (2004), "Validation of Formal, Non-Formal and Informal Learning: policy and practices in EU Member States", in *European Journal of Education*, 39(1), pp.69-89.
- Comissão Europeia - CE (2008), *Social Inclusion and Income Distribution in the European Union – 2007*, European Observatory on the Social Situation - Social Inclusion and Income Distribution Network.
- COOPER, C., FLETCHER, J., GILBERT, D. e WANHILL, S. (2005), *Tourism: Principles and Practice*, 3ª ed., Prentice Hall.
- DANIELS, M., RODGERS, E. e WIGGINS, B. (2005), "Travel Tales: an interpretative analysis of constraints and negotiations to pleasure travel as experienced by persons with physical disabilities", in *Tourism Management*, 26, pp.919-930.
- DEEM, R. (1996), "No time for a rest?: An Exploration of women's Work, Engendered Leisure and Holidays", in *Time Society*. 5(1), pp.5-25.
- Department for Culture, Media and Sport - D.C.M.S. (1999), *Tomorrow's Tourism: A Growth Industry for the New Millennium*, Department for Culture, Media and Sport, United Kingdom.
- Department for Culture, Media and Sport - D.C.M.S. (2008), *Equality Impact Assessment: "winning: a tourism strategy for 2012 and beyond"*, Department for Culture, Media and Sport, United Kingdom.
- English Tourist Board (ETB) – Social Tourism Study Group (1976), *Holidays: the social need*, Londres: English Tourist Board.

- European Economic and Social Committee – EESC (2006), *Opinion of the European Economic and Social committee on Social Tourism in Europe*, Brussels: EESC.
- European Union Federation of Youth Hostel Associations – EUFED (2008), *Social Inclusion and Youth Hostels - Why and How*, disponível em <http://www.eufed.org> (acedido em Abril de 2010).
- Eurostat (2010), “Living conditions in 2008”, in *News Release 10/2010*, disponível em <http://europa.eu/rapid/pressReleasesAction.do?reference=STAT/10/10&format=HTML&aged=0&language=EN&guiLanguage=en> (acedido em Maio 2010).
- EUSÉBIO, M. C. (2006), *Avaliação do impacte económico do Turismo a nível regional: O caso da Região Centro de Portugal*, Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro.
- Family Holiday Association - FHA (s/d), “Giving families a break: A guide to social tourism in the UK”, *Breaks for all*, disponível em <http://www.breaksforall.org.uk/index.html> (acedido em Abril de 2010).
- FERREIRA, M. G. (2004), “Quais os impactos da prática local do RMG? Práticas e representações dos técnicos de duas CLA face ao processo de implementação e execução do RMG a nível local”, in *Actas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia - - Sociedades Contemporâneas - Reflexividade e Acção*, 12-15 Maio 2004, Universidade do Minho: Braga, Associação Portuguesa de Sociologia.
- FISHER, D. (2004), “The demonstration effect revisited”, in *Annals of Tourism Research*, 31(2), pp. 428–446.
- Fundação INATEL - INATEL (2010), *Programa Turismo Solidário*, disponível em <http://www.inatel.pt/topimagecontent.aspx?menuid=32> (acedido em Maio de 2010).
- HALL, D. e Brown, F. (2002), *Tourism and Welfare: ethics, responsibility and sustained well-being*, London: CAB International.
- HAUKELAND, J. (1990), “Non-travellers: the flip side of motivation”, in *Annals of Tourism Research*, 17(2), pp.172-184.
- HAZEL, N. (2005), “Holidays for Children and Families in Need: An Exploration of the Research and Policy Context for Social Tourism in the UK”, in *Children & Society*, 19, pp. 225–236.
- Instituto Nacional de Estatística – INE (2008), *Rendimento e Condições de Vida – 2007: Informação à comunicação Social*, disponível em <http://www.ine.pt> (acedido em Julho de 2009).
- International Bureau of Social Tourism - BITS (2009), *Concepts and definitions*, disponível em <http://www.bits-int.org/en/index.php> (acedido em Junho de 2009).
- KADT, E. de (1979), *Tourism: Passport to Development?*, Oxford: Oxford University Press.
- KOLB, D. A. (1984), *Experiential Learning: experience as the source of learning and development*, New Jersey: Prentice-Hall.
- KOLB, D. A., BOYATZIS, R. E. e MAINEMELIS, C. (2000), “Experiential Learning Theory: Previous Research and New Directions”, in R. J. Sternberg and L. F. Zhang (Eds.) (2000), *Perspectives on cognitive, learning, and thinking styles*, NJ: Lawrence Erlbaum.
- LEVITAS, R. (2004), “Let’s Hear it for Humpty: Social Exclusion, the Third Way and Cultural Capital”, in *Cultural Trends*, 13(2), No. 50, pp. 41–56.
- LIU, Z. H. (1998), “Tourism and economic development: A comparative analysis of tourism in developed and developing countries”, in C. Tisdell and K. C. Roy (eds.) *Tourism and Development: Economic, Social, Political and Environmental Issues*, New York: Nova Science Publishers, pp.21-37.
- MATHIESON, A. e WALL, G. (1990), *Tourism: economic, Physical and social impacts*, Logman Scientific & Technical.
- MCCABE, S., FOSTER, C. e URBINO, M. (s/d), *Briefing paper for policymakers: evaluating stated needs for support for holidays*, Christel DeHaan Tourism & Travel Research Institute. Nottingham University.
- MCDONALD, J. (2006), *Increasing Access to holidays for families living on a low income*, Presentation at the *Social Tourism European Forum 2006*.
- Ministério do Trabalho e da Segurança Social – MTSS (2005 a 2010), *Famílias Com Requerimento de RMG E RSI activo, por mês e centro distrital*, para o período de 2004 a 2009, Instituto de Informática, IP – Departamento de Gestão de Informação.

- MINNAERT, L., MAITLAND, R. e MILLER, G. (2006), “Social Tourism and its Ethical Foundations”, in *Tourism Culture & Communication*, 7(1), pp. 7-17.
- MINNAERT, L., MAITLAND, R. e MILLER, G. (2009), „Tourism and social policy – The value of social tourism”, in *Annals of Tourism Research*, 36(2), pp. 316–334.
- MITCHELL, R. (1998), “Learning Through Play and Pleasure Travel: Using Play Literature to Enhance Research into Touristic Learning”, in *Current Issues in Tourism*, 1(2), pp. 176-188.
- Organização das Nações Unidas – ONU (1990), *Human Development Report 1990*, United Nations Development Programme disponível em http://hdr.undp.org/en/media/hdr_1990_en.pdf (acedido em Janeiro de 2008).
- Organização das Nações Unidas – ONU (2009), <http://www.objetivo2015.org> (acedido em Dezembro de 2009).
- PAUGAM, S. (1996), “Pauvreté et exclusion” in Paugam, S. (Dir.), *L'exclusion l'état des savoirs*, Paris, Éditions la Découverte, pp. 389-404.
- RAYMORE, L., GODBEY, G., CRAWFORD, D. e EYE, A. (1991), “Nature and process of leisure constraints: an empirical test”, in *Leisure Sciences*, 15(2), pp.99-113.
- Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal – REAPN (2008), *Reacção ao Plano Nacional de Acção para a Inclusão – PNAI 2008-2011*, disponível em http://www.reapn.org/documentos_visualizar.php?ID=141 (acedido em Janeiro de 2010)
- REISINGER, Y. e TURNER, L.W. (2003), *Cross-Cultural Behaviour in Tourism – Concepts and Analysis*, Elsevier Butterworth-Heinemann.
- RODRIGUES, A. et al (1999), “Pobreza e Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal”, in *Revista da Faculdade de Letras: Sociologia*, 9, pp.63-101.
- RYAN C. (1997), *The Tourist Experience: A New Introduction*, Cassell: London.
- SMITH, V. e Hughes, H. (1999), “Disadvantaged families and the meaning of the holiday”, in *International Journal of Tourism Research*, 1(3), pp.123-133.
- SOUSA, L., HESPANHA, P., RODRIGUES, S. e Grilo, P. (2007), *Famílias Pobres: Desafios à Intervenção*, Lisboa: Climepsi editores.
- TODMAN, L. (2004), *Reflections on Social Exclusion: What is it? How is it different U.S. conceptualizations of disadvantage? And, why might Americans consider integrating it into U.S. social policy discourse?*, University of Milan, Department of Sociology and Social Research, disponível em <http://unjobs.org/tags/social-exclusion> (acedido em Julho de 2009)
- WOLFF, P. (2009), “Population and social conditions”, in *Eurostat: Statistics in focus 46/2009*, disponível em http://epp.eurostat.ec.europa.eu/cache/ITY_OFFPUB/KS-SF-09-046/EN/KS-SF-09-046-EN.PDF (acedido em Maio de 2010)
- World Travel & Tourism Council - W. T. T. C. (2009), *Travel and Tourism Economic Impact - Executive Summary 2009*.
- World Travel & Tourism Council - W. T. T. C. (2009), *Travel and Tourism Economic Impact - Portugal 2009*.
- Despacho nº 7429/2010, de 28 de Abril de 2010.